

Notícias Sindicais, 24/07/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Conquista dos Eletricitários

Ministério do Trabalho regulamenta periculosidade

A nova periculosidade para os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico foi enfim regulamentada. No fim da semana passada, o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, assinou a Portaria 1.078 de 16 de julho de 2014, aprovando o anexo 4 das atividades e operações perigosas com energia elétrica.

Governo, trabalhadores, com a participação da FNU, através do Secretário de Previdência, Jeová Pereira, e empresários discutiam desde março do ano passado a definição de um texto para a regulamentação da Lei 12.740. A legislação aprovada em dezembro de 2012 pelos deputados e senadores e prejudicou a categoria eletricitária na medida em que foram alteradas as regras para o pagamento da periculosidade.

Antes da Lei 12.740, o benefício incidia na totalidade da remuneração. Com a nova legislação, os 30% referentes à periculosidade serão calculados sobre o salário base. Mas existe o entendimento de que essa nova regra só vale para quem ingressou na atividade após dezembro de 2012, quando foi aprovada a lei. Para quem já exercia a atividade perigosa, conforme o entendimento continua a regra anterior. Ou seja, a gratificação é sobre todo o salário.

O Secretário de Previdência da FNU e Diretor do STIU-DF, Jeová de Oliveira, que participou da regulamentação na bancada dos trabalhadores, avalia que o grande esforço foi no sentido de manter o que havia na regulamentação anterior para não perder direitos. "Conseguimos evitar a intermitência pro rata, como queriam os empresários. Além disso, avançamos em alguns pontos, como os trabalhadores do SEC (Sistema Elétrico de Consumo) que não recebiam a periculosidade e passarão a receber", disse.

Não houve alterações para os trabalhadores do Sistema Elétrico de Potência (SEP). Já os do SEC passarão a receber a periculosidade, o que não tinham direito. Além disso, os trabalhadores intermitentes continuarão recebendo o benefício normalmente, mesmo que estejam expostos ao risco de forma esporádica.

É importante destacar os trabalhadores podem inserir como cláusula em seus acordos coletivos, que o pagamento da periculosidade seja calculado pela remuneração. Essa conquista é de todos os eletricitários que durante os últimos anos sofreram uma perda de um direito histórico.

Portal Gestão Sindical

Debate sobre a terceirização vai ao STF e anima empresas

23/07/2014 por Valor Online

Caberá aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) determinar os rumos de um dos temas trabalhistas mais problemáticos para as empresas: a terceirização. A Corte, pela primeira vez, julgará dois recursos sobre a questão e deverá definir se as companhias podem terceirizar sua atividade principal, juridicamente chamada de atividade-fim. A notícia trouxe aos empresários a esperança de reverter uma batalha que têm perdido há tempos na Justiça do Trabalho.

Como não há uma lei específica que regule o tema, a interpretação sobre o que pode ou não ser terceirizado tem sido regulamentado por decisões e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem uma posição rígida sobre a questão. A Corte não admite que a atividade-fim seja terceirizada. Grande parte das decisões são contrárias às empresas, que têm sido condenadas a indenizações milionárias em razão de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Um dos casos que chegaram ao Supremo é da Cenibra, empresa do setor de celulose que responde a uma ação, de 2006. A empresa perdeu em todas as instâncias trabalhistas e foi condenada em R\$ 2 milhões. "Não há lei que regule o tema e os bons têm pago pelos maus, pois hoje parte-se do pressuposto de que toda empresa precariza a mão de obra terceirizada", afirma o advogado que representa a empresa, Marcello Badaró.

Atualmente, há cerca de 20 mil recursos sobre terceirização no TST. Em razão da repercussão geral concedida ao tema pelo Supremo, esses processos ficarão parados aguardando a decisão final da Corte. José de Lima Ramos Pereira, coordenador nacional de combate às fraudes trabalhistas do Ministério Público do Trabalho, afirma que o órgão não é contra a terceirização e, sim, contra as fraudes e a precarização que ocorrem na terceirização. Por precarização entende-se a diferença de tratamento entre o trabalhador contratado e o terceirizado, como salários menores, maior número de acidentes de trabalho e enfraquecimento do movimento sindical. De acordo com o último balanço do MPT, foram propostas 1.562 ações civis públicas contra terceirizações até 2011.

Portal Gestão Sindical

Projeto de lei autoriza repasse de atividade-fim

23/07/2014 por Valor Online

O Congresso Nacional analisa projetos de lei (PLs) apresentados para regulamentar a terceirização no país. Entre os mais polêmicos está o de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO). O PL nº 4.330, de 2004, permite a terceirização de todos os setores das empresas, inclusive atividades-fim. Porém, em consequência de mobilização contrária de entidades ligadas aos trabalhadores ao longo de 2013, a votação da proposta foi suspensa.

Outro texto de grande repercussão é o projeto de lei nº 4.302, de 1998, que propõe a regulamentação da terceirização por meio do aumento do tempo contratual do trabalho temporário. Porém, não há movimentação no andamento do texto desde 2011.

Não há consenso, porém, sobre o melhor conteúdo para um projeto de lei sobre o tema. Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Roberto Della Manna, a aprovação de uma lei que regulamente melhor a terceirização, sem prejuízo para o trabalhador, poderia ser uma boa solução. Já para o secretário geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, as propostas não deveriam cancelar a Súmula 331 do TST, que veda a terceirização da atividade-fim. "Hoje esse súmula é a única salvaguarda dos trabalhadores. E derrubá-la seria permitir a precarização do trabalho."

Há ainda o Projeto de Lei nº 1621, de 2007, elaborado pela CUT e pelo deputado Vicentinho (PT-SP), que propõe a regulamentação da terceirização, estabelecendo igualdade de direitos entre contratados e terceirizados e vetando a prática na atividade-fim. O projeto está parado desde dezembro.

Portal da CUT

Nova ministra do TST é contra terceirização na atividade-fim

22/07/2014

Indicada pela presidenta Dilma ao Tribunal, Maria Helena Mallmann aponta que discussão deve ocorrer no Legislativo, e não no Supremo Tribunal Federal

Escrito por: Luiz Carvalho

A classe trabalhadora terá mais uma aliada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para lutar contra a terceirização sem limites. A desembargadora Maria Helena Mallmann, indicada pela presidenta Dilma Rousseff para ocupar a vaga do ex-ministro Carlos Alberto de Paula, que se aposentou, é contra essa forma de contratação na atividade-fim, a principal da empresa.

Para ser nomeada, a magistrada depende apenas de uma sabatina da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado, marcada para o dia 6 de agosto, e da apreciação no Plenário da Casa.

A futura ministra une-se a 19 dos 26 ministros do Tribunal, que, em agosto de 2013, divulgaram um documento contrário ao Projeto de Lei (PL) 4330/2004. A medida liberava a terceirização em qualquer setor, atacava direitos trabalhistas e fragilizava a organização dos trabalhadores.

"A definição de 'trabalhador' na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está atrelada a uma série de direitos que acabarão com a aprovação da terceirização na atividade-fim. A redução de custos que as empresas alegam não acontece de fato. Ao menos, não para o país, já que o índice de acidentes de trabalho são muito maiores entre os terceirizados e geram um grande custo social", avalia Maria Helena.

Momento delicado

A discussão sobre a terceirização atravessa um momento delicado. Após o PL ser engavetado no Congresso Nacional por conta da mobilização da CUT e das organizações cutistas, os empresários recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF), que pode julgar já em agosto uma ação civil pública da Celulose Nipo Brasileira (Cenibra).

A empresa questiona a decisão do TRT-MG e do Tribunal Superior do Trabalho de condená-la por terceirizar a atividade-fim e impedi-la de manter essa prática. Mesmo com a decisão do Judiciário trabalhista, o STF aceitou que o caso fosse julgado como uma Ação de Repercussão Geral.

Isso significa que não é mais a questão específica da empresa que está em pauta, mas sim se a terceirização da atividade-fim deve ser permitida no país. E, assim, a decisão passará a referendar os demais julgamentos no país.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, a afirmação da futura ministra é uma importante aliada em defesa das condições dignas de trabalho.

"A posição da ministra Maria Hellena Malmann demonstra que temos magistrados com um olhar mais criterioso para a vida da classe trabalhadora. O que está em discussão hoje no Brasil não

é algo que atinge apenas os terceirizados, mas se iremos avançar ou retroceder na defesa das condições dignas e nos direitos trabalhistas”, pontuou a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa

Maria Helena destaca que a Súmula 331, que atualmente norteia os julgamentos sobre a terceirização no país e impede a contratação na atividade-fim, perde a validade caso o Supremo aceite os argumentos da Cenibra. Ela ressalta que a regulamentação desse modelo de contratação tem de partir do princípio de respeito aos direitos já alcançados.

Como outros juristas e dirigentes da CUT, ela critica o fato de o debate ocorrer no Judiciário e não em uma instância onde há maior participação popular, como o Legislativo, o que abre as portas para aprofundar um processo de precarização que afeta, inclusive, a esfera pública.

“Vemos, muitas vezes, uma terceirizada vencer a licitação, sempre pelo menor preço, sem outros critérios, e depois quebrar, deixando os trabalhadores sem ter a quem recorrer, já que o Poder Público está eximido de qualquer responsabilidade, se cumprir todas as exigências do processo licitatório”, afirma.

Projeto das centrais

Para evitar situações como essa, em 2007 o deputado federal Vicentinho (PT-SP) apresentou na Câmara o Projeto de Lei número 1621, fruto do trabalho do GT de Terceirização da CUT Nacional.

O texto foi anexado ao PL 4330, mas ignorado pelo relator do projeto de terceirização, deputado Arthur Maia (SDD-BA).

Apesar disso, os princípios da proposta apresentada há sete anos ainda norteia a luta das centrais: o direito à informação prévia quando a empresa decidir terceirizar; a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas, quando a terceirizada não cumprir suas funções; a igualdade de direitos e de condições de trabalho entre terceirizados e contratados diretos; a penalização das empresas infratores; e, principalmente, a proibição da terceirização na atividade-fim.

Cenário devastador – Estima-se que há no Brasil mais de 10 milhões de trabalhadores terceirizados. De acordo com um dossiê do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), de 2011, quando são comparados aos contratados diretos, os terceirizados têm uma remuneração 27,1% menor, apesar de trabalhar três horas a mais por semana.

Já de acordo com levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria), 91% das terceirizadas adotam essa forma de contratação para redução do custo e 58% das empresas que terceirizam na indústria consideram a menor qualidade do serviço como o maior problema.

Portal da CUT

Em campanha salarial, metalúrgicos de São Paulo continuam debate da redução na jornada de trabalho

23/07/2014

Próxima rodada de negociação acontecerá, no dia 29, às 10h, na sede do Sindipeças

Escrito por: Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-CUT-SP)

A implantação da jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem redução no salário, na base das empresas do Grupo 3 (autopeças, forjaria e parafusos) foi o principal tema da 2ª rodada de negociação da Campanha Salarial da FEM-CUT/SP com a bancada patronal, ocorrida na tarde de terça-feira (22), na sede do Sindipeças, em Santo Amaro, em São Paulo. Esta é uma das reivindicações na pauta da FEM (*abaixo confirma a relação*).

O presidente da FEM-CUT/SP, Valmir Marques da Silva, Biro-Biro, destacou aos representantes das empresas que a redução pode acontecer de forma gradativa e citou como exemplos, as Montadoras, cuja medida está convencionada há 14 anos, e alguns setores do ramo que já adotam a jornada de 40h. “A medida é positiva tanto para a empresa quanto para o trabalhador. Além de melhorar a produtividade, porque o trabalhador estará descansado, reduz o índice de acidentes e doenças profissionais. O trabalhador também terá mais tempo para se qualificar e se aprimorar profissionalmente”, explica Biro.

A bancada do G3 manteve resistência à reivindicação da FEM-CUT/SP.

Pauta específica

Durante a rodada, a bancada patronal apresentou uma pauta específica, propondo uma mudança na redação da cláusula do “Aprendiz do SENAI”. A Federação não concordou, porque a proposta patronal fere o “princípio das condições mais favoráveis”, utilizado no Direito do Trabalho, que destaca benefícios previstos na legislação trabalhista.

Demais setores patronais

Por enquanto, a FEM iniciou as negociações da Campanha Salarial com a bancada do G3. A Federação aguarda agenda com os demais setores patronais.

Próximas rodadas com o G3

Data: 29/7, às 10h e 5/08, às 10h

Local: sede do Sindipeças, Av. Santo Amaro 1386

Pautas de reivindicações da FEM-CUT/SP

Reposição dos salários pelo índice integral da inflação;

Aumento real de salário;

Valorização dos pisos;

Licença Maternidade de 180 dias para os grupos patronais que ainda não concedem este benefício às trabalhadoras;

Redução da jornada de trabalho para 40h semanais sem redução no salário.

Base FEM-CUT/SP em Campanha

A data-base da categoria é 1º de setembro e estarão em Campanha cerca de 215 mil metalúrgicos, de um total de 251 mil na base da FEM no Estado. Neste ano só serão negociadas as cláusulas econômicas, as sociais têm validade de dois anos e estão em vigor até 31 de agosto de 2015.

Grupo 2 (máquinas e eletrônicos)

Total: 89,139 mil

Grupo 3 (autopeças, forjaria, parafusos)

Total: 51,531 mil

Grupo 8 (trefilação, laminação de metais ferrosos; refrigeração, equipamentos ferroviários, rodoviários entre outros)

Total: 41,872 mil

Grupo 10 (lâmpadas, equipamentos odontológicos, iluminação, material bélico entre outros)

Total: 23,825 mil

Estamparia

Total: 5,337 mil

Fundição

Total: 3,941 mil

Total: 215, 645 mil metalúrgicos em Campanha. Lembrando que a FEM-CUT/SP representa 251 mil metalúrgicos na base (neste dado estão incluídos os setores aeroespacial e montadoras)

Fonte dos dados: Subseção do Dieese da FEM-CNM/CUT

Portal da CUT

M.Officer é processada em R\$ 10 mi por trabalho escravo

23/07/2014

Imigrantes em condições degradantes recebiam de R\$ 3 a R\$ 6 por peça produzida em oficinas clandestinas

Escrito por: MPT

A empresa M5, detentora da grife M. Officer, foi processada em R\$ 10 milhões por manter trabalhadores em condições análogas à de escravidão. A M5 utilizava empresas intermediárias para subcontratar o serviço de costura, realizado em grande parte por imigrantes em oficinas clandestinas submetidos a jornadas excessivas em condições precárias, sem qualquer direito trabalhista. A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo (MPT-SP) no dia 15 de julho.

Em um desses locais, descoberto em fiscalização realizada no dia 6 de maio, foi constatado que os trabalhadores ganhavam de R\$ 3 a R\$ 6 por peça produzida e cumpriam jornadas médias de 14 horas. Os seis bolivianos resgatados pouco falavam português e viviam com suas famílias no mesmo local de trabalho, costurando em máquinas próximas a fiação exposta, botijões de gás e pilhas de roupas. Alguns afirmaram ainda estar pagando pela passagem ao Brasil com o salário recebido pelas peças costuradas, o que, segundo o MPT, poderia ser indício de tráfico de pessoas para fins de trabalho. A operação foi organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em atuação conjunta com MPT, Defensoria Pública da União (DPU) e Receita Federal.

Notas fiscais nessa e em outras oficinas fiscalizadas pela força-tarefa mostravam que as roupas eram encomendadas pela M.Officer a empresas intermediárias, como a Empório Uffizi, que então as repassavam à oficina clandestina. Uma nota fiscal eletrônica encontrada em fiscalização do MTE na sede da Empório Uffizi mencionava que a marca havia encomendado 331 unidades da "calça diferenciada Chamois – M.Officer", pagando à Uffizi R\$ 52 por peça. Esta, por sua vez, pagou ao dono da oficina R\$ 13 por peça. Normalmente, apenas um terço dos valores recebidos da intermediária era repassado aos costureiros, ainda que produzissem a peça por completo.

Na ação, o MPT exige indenização de R\$ 7 milhões por danos morais coletivos e R\$ 3 milhões por dumping social, prática caracterizada pela redução de custos baixos decorrentes da precarização

do trabalho com o objetivo de concorrência desleal. O MPT também pede que a M5 se responsabilize pelas condições de trabalho de todas as pessoas que emprega direta ou indiretamente em sua cadeia produtiva, por meio de diversas obrigações. A multa pelo descumprimento dessas obrigações é de R\$ 500 mil, mais R\$ 50 mil por trabalhador prejudicado, incluindo os contratados por terceiros que prestem serviços à M5.

Redução de custos

Segundo a procuradora do Trabalho Tatiana Simonetti, representante do MPT na ação, quando a M.Officer foi questionada sobre como escolhe seus fornecedores, disse priorizar aqueles que subcontratam, devido aos custos mais baixos. A empresa não sabia dizer qual o valor pago aos costureiros subcontratados.

Para a procuradora, a empresa “fechou seus olhos de forma proposital e deliberada: não lhe interessava saber quem, como e onde foram produzidas suas peças”. A M5 regularmente utilizaria a estratégia de pulverizar sua produção, “isentando-se de qualquer responsabilidade pelas irregularidades verificadas ‘lá por baixo’”, completa a procuradora.

Tatiana ressaltou também que o modelo de produção da M5 corresponde ao sweating system (sistema do suor), bastante comum na indústria da moda: “Ele se baseia em extensão irregular e subterrânea da planta industrial, com vistas a manter trabalhadores que são vítimas de tráfico de seres humanos, num mesmo espaço de trabalho e moradia, laborando por quase nada, em jornadas extremas e condições subumanas.”

Portal da CUT

Mobilizações conseguem adiar votação da PEC que privatiza estatais de Minas Gerais

23/07/2014

Sindieletro-MG, CUT/MG, sindicatos CUTistas e FNU seguem articulados contra proposta que libera privatização da Gasmig

Escrito por: Sindieletro-MG

Deputados da base de apoio ao governo de Minas Gerais adiaram a votação da PEC 68 para depois de agosto, na Assembleia Legislativa. A informação foi dada pelo jornal “Hoje em Dia”, edição desta terça-feira (22).

A decisão foi tomada após as mobilizações da oposição e dos eletricitários que denunciaram que a Proposta de Emenda à Constituição libera a privatização da Gasmig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, entre outras estatais, com apoio da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG), sindicatos CUTistas e Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Se depender da oposição e do Sindieletro-MG, a PEC 68 não vai a plenário.

O recuo da base de apoio ao governo mineiro não significa vitória. Para o Sindicato, representa que a luta contra a privatização das estatais mineiras deve ser ainda mais ampliada e fortalecida. O Sindieletro defende o arquivamento da PEC e que a construção do gasoduto entre a região de Betim e Uberaba seja bancada pela Cemig ou pelo governo do Estado. Outra alternativa seria o financiamento pelo BNDES.

Portal da CTB

Servidores públicos fazem seminário para avançar na organização sindical

A CTB esteve junto com centenas de servidores públicos de diversas regiões brasileiras reunidos nesta terça-feira (22) para a realização do Seminário Representação Sindical dos Servidores Públicos, a partir das 9h para estabelecer novas regras para a organização sindical desta categoria de trabalhadores e trabalhadoras.

“Tanto na instância municipal quanto estadual ou federal, devemos construir uma organização coerente que caminhe para a unidade dos trabalhadores e possamos avançar nas nossas conquistas”, defende João Paulo Ribeiro (JP), secretário do Serviço Público e dos Trabalhadores Públicos da CTB.

Para JP, “a proposta do seminário é tirar uma representação para o servidor público e encaminhar as propostas de definição de uma organização sindical compatível com a realidade dos trabalhadores, respeitando-se as bases territoriais e aprofundando o debate sobre todas as questões pendentes como o direito de greve e de participação dos servidores e servidoras nas suas representações sindicais”.

O sindicalista defende que “é necessário contemplar todos os trabalhadores sejam efetivos ou não”. Com a participação de representantes das oito centrais sindicais, os debatedores mostraram vontade de avançar e elevar o patamar das lutas dos servidores e servidoras. As discussões terminaram às 18h e deixaram a marca da democracia e da definição de se buscar uma aproximação ainda maior com as bases dos servidores em todo o país. Ficou a proposta de uma nova plenária em Brasília, sem data prevista ainda.

Portal Mundo Sindical

Comerciários querem reajuste de 13%

No último domingo, 20/7, o Sindicato dos Comerciários de Osasco e Região (Secor) iniciou a Campanha Salarial 2014/2015 "Comerciários em Ação" em Assembleia Geral com centenas de trabalhadores no Secor Clube, localizado em Carapicuíba.

Durante o encontro, foram discutidos e aprovados os itens que compõem a pauta de reivindicações que será entregue ao setor patronal.

Este ano, o Secor lutará por aumento de 13% (inflação + aumento real) para todos comerciários da base até 1º de setembro. A pauta também conta com remuneração de horas extras; licença-maternidade de 180 dias; cesta básica; fornecimento de aviso-prévio; vale-refeição; fim do assédio moral; e, em caso de rescisão de contrato, notificação de cumprimento ou indenização do aviso prévio; além da manutenção das cláusulas sociais. O Secor ainda fecha data para a pauta de reivindicações ser entregue ao setor patronal.

No final da Assembleia, os trabalhadores participaram de um churrasco de confraternização, sorteio de diversos prêmios e o início do Torneio de Futebol Society dos Comerciários 2014.

Diversos sindicatos da região apoiaram e compareceram ao evento, sobretudo o Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

Fonte: Nova Onda Comunicação - 23/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas do Tocantins cobra melhorias para as categorias

O Sinfito – Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Tocantins e o Conselho Regional de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da 12ª região estiveram reunidos na terça-feira, 22, com o subsecretário de Saúde, João Cruz e o superintendente de gestão Raimundo Filho, para discutir várias questões referentes a melhoria das condições de trabalho das categorias. Cronograma de pagamento dos plantões extraordinários, pagamento do adicional de insalubridade para os profissionais contratados e o retroativo dos concursados entre outros temas.

Em relação aos plantões extraordinários os representantes da Secretaria de Saúde informaram que serão pagos sempre respeitando o período de 60 dias, isso devido às questões orçamentárias, e se comprometeram informar a data certa para o pagamento dos plantões extraordinários e dos atrasados.

Já os valores referentes à insalubridade, o retroativo será pago de forma parcelada, pois não há condições de liquidar o débito a vista e uma possibilidade seria a opção de recebimento do valor total via Instituição de crédito com pagamentos de juros. Os gestores se mostraram sensíveis a solicitação para que os profissionais contratados também recebessem a indenização, vão verificar a regularização a ser feita via portaria numa data a ser definida.

Foi informado que o problema das gratificações em atraso ocorreu devido à mudança do processamento manual para o informatizado, com isso alguns dados ficaram perdidos, mas a Sesau está fazendo o levantamento das pendências e prometeu regularizar as gratificações. Diante da explicação o Sinfito se colocou a disposição para receber as demandas daquelas pessoas que estiverem com problemas em relação ao recebimento e encaminhar a secretaria.

Outro ponto abordado diz a respeito à convocação dos contratados em férias para o retorno ao trabalho. A explicação dada foi à necessidade de suprir o desfalque de profissionais e ainda para a realização de um dimensionamento do quadro de profissionais, mas em agosto tudo voltará à normalidade.

Por fim o presidente do Sindicato Sandro Adrian, falou sobre a falta de materiais e condições de trabalho nos hospitais. "No nosso dia a dia estamos nos deparando com a falta de diversos insumos e materiais que dificultam a realização dos nossos trabalhos de forma efetiva. A nossa intenção com essa reunião é poder conscientizar os gestores das nossas reais necessidades e com isso buscar a solução para que a população que necessita de atendimento de fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional o recebam de forma completa e eficaz", avalia Adrian. A Sesau disse estar fazendo levantamento das demandas e se comprometeu em melhorar e dar condições dignas para o funcionalismo do Estado.

Na próxima semana está marcada uma nova reunião entre o Sinfito, o Crefito 12 e os gestores da Sesau.

Fonte: Ascom Sinfito - 23/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato protesta em estação de tratamento de água de Bertioga

O Sindicato dos Urbanitários (Sintius) realizou manifestação no início da manhã desta quarta-feira para protestar contra a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) pela possível insegurança dos trabalhadores que atuam nas estações de tratamento de água (ETAs) e de esgoto (ETEs) na Baixada Santista. O ato ocorreu na ETA Indaiá, em Bertioga, que fica na Avenida Waldemar da Costa Filho.

Apesar do protesto - que contou com a presença de aproximadamente 60 pessoas entre funcionários, associados ao sindicato e populares - ter acabado por volta das 9 horas, a categoria mantém, até o início da tarde, a paralização da ETA Indaiá. "Foi realizada a retirada do funcionário e o equipamento só voltará a ter supervisão no período da tarde, quando há troca de turno. Isso é pra mostrar que, sem o trabalhador, a ETA fica abandonada", afirma o diretor de comunicação do Sintius, Jorge Arrivabene.

O motivo do protesto, segundo informações do sindicato, é o fato de a empresa ter retirado os porteiros e os vigilantes dessas unidades. "Desde maio o local está sem vigilância, isso propicia o aumento do número de furtos e a sensação de insegurança dos funcionários. A estação trabalha 24 horas por dia e o (funcionário do) turno da noite, principalmente que vai até as 7 horas, fica sozinho. A sensação de insegurança é constante", diz Arrivabene.

ETA foi invadida

Ainda segundo o diretor de comunicação, a falta de segurança foi demonstrada nesta manhã, durante o protesto, quando alguns populares que acompanhavam a manifestação adentraram na estação, onde ficaram por cerca de uma hora. "É importante a presença dos vigilantes também para que os técnicos possam se dedicar exclusivamente às suas tarefas, sem ter que atender pessoas que vão aos locais de trabalho para reclamar ou buscar informações"

De acordo com o presidente do Sintius, Marquito Duarte, a falta dos vigilantes, principalmente no período noturno, pode ocasionar um "aumento de casos que já ocorreram nas estações anteriormente, como a entrada de indivíduos armados, agressão física aos técnicos, ameaça aos funcionários e furto de materiais".

Pode pedir interdição

Se uma solução não for encontrada nos próximos dias, o Sintius não descarta a hipótese de pedir a interdição desses locais, com base na Constituição do Estado. "O artigo 229 da legislação máxima paulista destaca que compete à autoridade estadual, de ofício ou mediante denúncia de risco à saúde, proceder à avaliação das fontes de risco no ambiente de trabalho, e determinar a adoção das devidas providências para que cessem os motivos que lhe deram causa", diz Arrivabene.

Na próxima terça-feira, o sindicato se reúne com o diretor de Sistemas Regionais, Luiz Paulo de Almeida Neto, para conversar sobre as reivindicações da categoria.

Fonte: A Tribuna - 23/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sul Fluminense: Sindicato Patronal da Construção Civil oferece 6,56% de reajuste

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Sul Fluminense vai realizar amanhã, às 18 horas, na Praça Juarez Antunes, na Vila Santa Cecília, uma assembleia para votar a contraproposta do Sinduscon (Sindicato Patronal), referente às construções leves. Os representantes das empresas ofereceram um reajuste salarial de 6,56% - do Índice Preço ao Consumidor (INPC) mais um aumento real de 0,5%, enquanto os trabalhadores querem um aumento de 15%. As informações foram passadas ontem pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores do setor, Sebastião Paula de Assis.

"Estamos orientando os trabalhadores a recusarem a proposta do sindicato patronal. Os empresários estão alegando crise no setor", disse o sindicalista, que continuou: "Queremos continuar a negociar para evitar possíveis greves do setor ou dissídio (quando a decisão do reajuste vai para justiça)". Hoje, o piso da Construção Leve está em R\$ 1.222,00 por mês. A pauta de reivindicação é composta por 24 itens e, entre outras pautas, está o cartão de alimentação no valor de R\$ 300,00 e plano de saúde para os trabalhadores e familiares, além da Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

A estimativa do Sindicato dos Trabalhadores é que hoje mais de 15 mil pessoas trabalhem com a Construção Civil na região Sul Fluminense e maior empregador, ainda de acordo com órgão sindical, seria a CSN. Porém, deste total, pelo menos 40% estão atuando informalmente, sem os direitos trabalhistas.

Conforme reportagem publicada pelo jornal A VOZ DA CIDADE da edição de ontem, o setor da Construção Civil foi o maior responsável pela queda do número de empregos nas três maiores cidades da região. Em Barra Mansa, por exemplo, a queda foi de 22%; em Volta Redonda, foi mais de 18% e Resende registrou uma queda de 2,5% no número de empregos formais.

Fonte: A Voz da Cidade - 23/07/2014

Monitor Mercantil, 23/07/14

Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil

Os pequenos negócios respondem por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País representam 27% do PIB, um resultado que vem crescendo nos últimos anos. Os dados inéditos são revelados pelo presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

- O empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia - afirma Barretto.

Em 1985, o IBGE calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB brasileiro. Como não havia uma atualização desse indicador desde então, o Sebrae contratou a Fundação Getúlio Vargas para avaliar a evolução das micro e pequenas empresas na economia brasileira, com a mesma metodologia utilizada anteriormente. Em 2001, o percentual cresceu para 23,2% e, em 2011, atingiu 27%.

Em valores absolutos, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou em 10 anos, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011, em valores da época.

Os valores foram apurados até 2011 para manter a mesma forma de cálculo considerando os dados do IBGE disponíveis sobre os pequenos negócios. A apuração foi feita com a soma das riquezas geradas por empresas de todos os portes nos setores de Comércio, Indústria, Serviços e Agroindústria - exceto o setor público e as intermediações financeiras, uma vez que não há micro e pequenas empresas nestes setores.

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

- Os dados demonstram a importância de incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, inclusive os Microempreendedores Individuais. Isoladamente, uma empresa representa pouco. Mas juntas, elas são decisivas para a economia - considera Barretto, lembrando que os pequenos negócios também empregam 52% da mão-de-obra formal no País e respondem por 40% da massa salarial brasileira.

Segundo ele, os principais motivos para o bom desempenho dos pequenos negócios na economia brasileira são a melhoria do ambiente de negócios (em especial após a criação do Supersimples, que reduziu os impostos e unificou oito tributos em um único boleto), o aumento da escolaridade da população e a ampliação do mercado consumidor, com o crescimento da classe média.

- Esses três fatores têm motivado o brasileiro a empreender por oportunidade e não mais por necessidade. Antes, as pessoas abriam um negócio próprio quando não encontravam emprego. Hoje, sete a cada 10 pessoas iniciam um empreendimento por identificar uma demanda no mercado, o que gera empresas mais planejadas e com melhores chances de crescer - avalia o presidente do Sebrae.

Agência Brasil, 23/07/14

Oi é multada em mais de R\$ 3 milhões por violações de direitos

van Richard – Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

A empresa de telefonia Oi foi multada em R\$ 3,5 milhões pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) por violação ao direito à informação, à proteção contra a publicidade enganosa, além do direito à privacidade e intimidade.

De acordo com o DPDC, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o serviço Navegador, disponibilizado aos consumidores do Velox, serviço de banda larga da Oi, mapeava dados de usuários para compor um perfil de navegação. Segundo as investigações, esses perfis eram comercializados com anunciantes, agências de publicidade e portais da *web*, para oferecer publicidade e conteúdo personalizados.

Em nota, o departamento informou que houve "violação aos princípios da boa-fé e transparência, além de publicidade enganosa". O documento informa ainda que a Oi, "com o pretexto de melhorar a experiência de navegação, omitiu do consumidor informações essenciais sobre o serviço e suas implicações para a privacidade e segurança de dados pessoais."

De acordo com o DPDC, o serviço da Oi violou também princípios fundamentais definidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, como a neutralidade da rede e o princípio da padronização e interoperabilidade. "A tecnologia do Navegador redireciona o tráfego do consumidor na internet e

filtra seus dados, de modo a compor seu perfil de navegação, contrariando padrões da rede”, diz nota do departamento.

O valor da multa foi calculado, de acordo com o departamento, considerando critérios do Código de Defesa do Consumidor, como a “vantagem econômica auferida, a condição da empresa e a gravidade da conduta”.

O valor deverá ser depositado no Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) e será revertido para ações de proteção do meio ambiente, do patrimônio público e da defesa dos consumidores.

A reportagem da *Agência Brasil* tentou contato com a empresa Oi, mas não obteve resposta.

Portal da CUT

Ato público discute o impacto da Operação Condor sobre os trabalhadores e suas organizações sindicais

23/07/2014

Evento na próxima quinta (24) terá a participação do presidente da CSI e secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício

Escrito por: CUT Nacional

A Confederação Sindical das Américas (CSA) promove na próxima quinta-feira (24) um ato público sobre a Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores e suas organizações sindicais.

Com apoio da CUT e da central sindical norte-americana AFL-CIO, o evento terá como um dos debatedores o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) e secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício.

Serviço:

Ato público: Operação Condor e seus impactos para os trabalhadores e suas organizações sindicais.

Local: Auditório amarelo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (Rua São Bento, 413).

Horário: 19h às 21h30

Organizado por Ernesto Germano